

Uma ponte entre a pesquisa e a política


Conselheiro-chefe do governo britânico diz que seu trabalho é traduzir o conhecimento científico para quem toma decisões

Bruno de Pierro

O governo do Reino Unido tornou-se um dos primeiros no mundo a criar, há meio século, o cargo de conselheiro-chefe para assuntos científicos, cuja função principal é apontar soluções baseadas na ciência para enfrentar desafios da administração pública. O posto é ocupado hoje pelo imunologista Mark Walport, ex-diretor do Wellcome Trust, fundação que financia a pesquisa biomédica. Desde 2013, Walport assessora o premiê David Cameron em assuntos variados, como mudanças climáticas, envelhecimento populacional, biotecnologia e energia. Em 2014, após estatísticas mostrarem que o número de animais utilizados em testes pré-clínicos havia aumentado no Reino Unido, o governo anunciou medi-

das para reduzir ou substituir seu uso. Walport atuou como ponte entre o governo e a comunidade científica. Reconheceu a necessidade de mudanças, mas salientou que a abolição de animais em experimentos ainda é inviável.

Um diferencial do modelo britânico de aconselhamento científico é que o governo conta com cientistas-chefes em todos os departamentos e ministérios. Foi formada uma rede de conselheiros, comandada por Walport, que organiza reuniões semanais com o objetivo de discutir prioridades em cada área. O modelo serviu de inspiração para o governo de São Paulo anunciar a criação do cargo de cientista-chefe em cada secretaria estadual, em setembro de 2015. A iniciativa, cuja ideia partiu da FAPESP, deve começar a ser implementada em breve.



Ex-diretor do Wellcome Trust, o imunologista Mark Walport é responsável por assessorar o premiê britânico David Cameron em assuntos científicos desde 2013



Em abril, quando visitou o Brasil, Walport participou de um evento que marcou a renovação de um acordo de cooperação entre a FAPESP e os Conselhos de Pesquisa do Reino Unido (RCUK, na sigla em inglês), mantido desde 2009. Entre os 164 acordos e convênios internacionais de cooperação atualmente em vigor na FAPESP, 30 são com instituições britânicas, entre agências de fomento, empresas, universidades e instituições de ensino e pesquisa. Em entrevista à *Pesquisa FAPESP*, Walport falou sobre as parcerias com a ciência brasileira e tratou dos desafios enfrentados por um conselheiro científico.

O governo do estado de São Paulo vai criar o cargo de cientista-chefe em secretarias estaduais. O que é fundamental para colocar em prática o modelo de aconselhamento científico?

Posso descrever o caso do Reino Unido, onde o posto de cientista-chefe está muito bem estabelecido. Vivemos em uma sociedade em que o desenvolvimento tecnológico avança rapidamente. Há a emergência de novos desafios para a ciência, a exemplo de doenças infecciosas como a causada pelo vírus zika. Há também os desafios de mais longo prazo, como as mudanças climáticas, a sustentabilidade, a necessidade de redu-

zir a demanda por energia. Todas essas questões são enfrentadas por autoridades e tomadores de decisão que, para elaborarem as melhores políticas, necessitam de evidências científicas. Por isso, o conselheiro científico precisa entender que a função dele é dar conselhos, não elaborar políticas, cuja responsabilidade é dos políticos eleitos pela população. Também é importante reconhecer que o trabalho de um conselheiro científico não implica saber tudo. O conselheiro precisa saber agir como um elo entre o mundo das ciências e o mundo da política. Meu trabalho consiste em identificar o que a ciência tem de melhor a oferecer

para orientar o governo em qualquer área. Às vezes, as informações de que preciso para fazer isso estão nas universidades, outras vezes na indústria. Em seguida eu traduzo as informações de forma clara para que os gestores e os políticos possam compreender.

Qual é sua rotina de trabalho e quais dificuldades costuma enfrentar?

Não há dificuldades propriamente ditas, mas sim desafios, que são enormes e diversos. Para enfrentá-los, temos um cientista-chefe em cada departamento do governo, abrangendo diferentes áreas. Temos pessoas da área médica, como é o meu caso, físicos nucleares como Robin Grimes, conselheiro-chefe do Ministério das Relações Exteriores, e também engenheiros no departamento que trata de mudanças climáticas. Nosso trabalho diário consiste em identificar questões importantes para o governo e, então, encontrar a melhor resposta científica.

O governo brasileiro aprovou uma lei que autoriza o uso de uma substância, a fosfoetanolamina sintética, em tratamentos contra o câncer, embora ela ainda não tenha sido submetida a testes clínicos e seja vista com reservas pela comunidade científica. Como o governo deveria ter agido, na sua opinião?

Não cabe a mim dizer o que o governo brasileiro deveria ter feito. Mas o ponto geral é que o gestor e o político enfrentam assuntos como esse da fosfoetanolamina por meio de três lentes diferentes. A primeira é a das evidências, ou seja, o que se sabe sobre determinado assunto.

É preciso aprender com a história. Se quisermos entender a transmissão de uma doença, é preciso olhar para os costumes dos povos

Em visita à Harborne Academy, no Reino Unido, em 2014, Walport falou sobre ciência a estudantes

A segunda é: “Se eu tomar essa decisão, ela será implementada?”. Uma política, por melhor que seja, só funciona se eu conseguir entregá-la à sociedade. A terceira lente é a dos valores políticos, alguns deles antigos e arraigados, que as pessoas têm. O trabalho do político e da autoridade consiste em integrar tudo isso. A ciência é uma parte no processo de decisão, mas não é a única. *[Mais informações sobre a fosfoetanolamina na página 16.]*

O que fazer quando a visão da sociedade diverge da visão científica?

As evidências científicas são muito importantes. Por exemplo, o meu predecessor, John Beddington, precisou sugerir medidas quando um vulcão na Islândia entrou em erupção alguns anos atrás, afetando o espaço aéreo do Reino Unido. Era seguro autorizar voos naquela situação? Um político que ignorasse os conselhos científicos nesse caso teria que ser muito corajoso. Mas, em determinadas circunstâncias, os valores pessoais ou defasados da sociedade se sobrepõem à ciência.

Como dar um conselho quando os cientistas têm opiniões diversas sobre o assunto?

Existem muitas situações em que o conhecimento científico é incompleto. Um bom exemplo é o vírus zika: nem os políticos nem os cientistas têm respostas suficientes para oferecer soluções imediatas. Por isso, é importante ter um bom

sistema de saúde pública, capaz de atender aos casos e providenciar o tratamento possível no momento. Outra situação é quando o conjunto de conhecimentos disponíveis é imenso. Nesse caso, o que importa é a síntese das evidências, porque

nem todos os trabalhos científicos vão dizer a mesma coisa. Um bom exemplo de síntese são os relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), nos quais são apresentadas evidências das mudanças climáticas de maneira rigorosa. Sempre há cientistas isolados ou pequenos grupos que podem ter opiniões contrárias. Mas, no final das contas, a ciência avança por meio das evidências e dos consensos. Meu trabalho é ir atrás dessas sínteses de evidências.

A FAPESP é parceira de várias instituições de pesquisa do Reino Unido. Como o governo britânico vê essa parceria?





Walport baseia-se no IPCC para dar conselhos ao governo britânico em relação às mudanças climáticas

A FAPESP é uma boa parceira. Vim ao Brasil, entre outras razões, por causa do Fundo Newton. Por meio desse fundo o governo britânico mantém parcerias com 15 países, incluindo o Brasil. O Reino Unido está comprometido com investimentos de quase £ 10 milhões por ano [correspondentes a quase R\$ 51,4 milhões], em projetos com a FAPESP e outras fundações de apoio à pesquisa no Brasil. Outra instituição com a qual mantemos parcerias de longa data é a Embrapa. Também estamos firmando acordos para a pesquisa de doenças infecciosas, como leishmaniose e mal de Chagas. Os acordos incluem bolsas e oportunidades de intercâmbio. Também o Conselho Britânico trabalha com parceiros internacionais para estabelecer colaborações entre cientistas do Reino Unido e de outros países. Visitei a Fundação Amazonas Sustentável, na Amazônia, e celebramos projetos com as comunidades locais, em busca de modelos econômicos sustentáveis.

Uma de suas primeiras preocupações quando se tornou cientista-chefe do governo britânico foi em relação ao problema do envelhecimento populacional. Como o Reino Unido tem lidado com esse desafio?

Eu não caracterizaria o envelhecimento populacional como um problema. Pelo contrário, é um dos sucessos da humanidade. Estamos vivendo muito mais.

Há maior qualidade de vida, as pessoas estão trabalhando por mais tempo e não querem chegar ao final da vida enfrentando longas batalhas contra doenças. Cientistas e governos precisam pensar em que condições as pessoas envelhecerão, em como as cidades irão se transformar nas próximas décadas. Como vamos preparar as pessoas para uma vida mais longa? O envelhecimento é um fenômeno global e traz desafios no campo da saúde, por exemplo, no aumento das doenças coronarianas e do diabetes.

O senhor já disse que a solução de problemas como os surtos de Ebola depende também do trabalho de pesquisadores das ciências humanas. Por quê? Acredito que é preciso aprender com a história. Se quisermos entender a transmissão de uma doença, é preciso olhar para os fatos históricos e para os costumes dos povos. É preciso compreender o contexto social em torno de uma doença.

O senhor ainda tem tempo para fazer pesquisa?

Eu aprendo a usar a ciência a cada instante do dia. Claro, tive que interromper meu trabalho de pesquisa desde que entrei no Wellcome Trust, em 2003, e isso continuou quando assumi a função de cientista-chefe. É um cargo que me deixa extremamente ocupado o tempo todo. O

privilegio é que aprendo muito, porque estou sempre fazendo perguntas a cientistas, consultando instituições de pesquisa,

empresas e governo. Eu me esforço bastante em comunicar o conteúdo científico para leigos, como é o caso dos políticos, de forma a garantir, na medida do possível, que os benefícios da ciência sejam aproveitados na administração pública.

O senhor também acompanha as discussões em torno da ética na ciência e de como evitar casos de má conduta científica?

Sim, estamos envolvidos nessa área há algum tempo. O desafio é estabelecer valores muito claros entre cientistas. Em última instância, a ciência se autocorrigue e os erros são descobertos. No Reino Unido, há acordos entre as agências de apoio, as academias nacionais e instituições de pesquisa para o estabelecimento de um conjunto de diretrizes que buscam diminuir os episódios de má conduta científica. Esse é um problema que deve ser tratado onde se faz pesquisa, ou seja, nos laboratórios. Portanto, as instituições de pesquisa precisam ter valores éticos fortes em relação ao comportamento que se espera do pesquisador. Mas a verdade é que os cientistas são seres humanos e, infelizmente, alguns são fracos e cometem deslizes deliberadamente. Nem todos os cientistas são bons cientistas. ■